



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002387-17.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **CLOVIS HENRIQUE PEREIRA**
 Requerido: **Cred - System Administradora de Cartões de Crédito Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: . **Paulo César Scanavez**

CLOVIS HENRIQUE PEREIRA move ação em face de **CRED - SYSTEM ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA**, dizendo que foi negativado injustamente na Serasa por iniciativa da ré. Jamais celebrou negócio jurídico com a ré, de modo que a negativação afetou a dignidade do autor. Pede o cancelamento liminar da negativação do seu nome dos bancos de dados, e ao final a ação deverá ser julgada procedente para confirmar a decisão concessiva da antecipação da tutela jurisdicional, condenando-se a ré a lhe pagar indenização por danos morais da ordem de 50 salários mínimos ou outro valor a ser fixado judicialmente, além de honorários advocatícios e custas. O autor ofereceu documentos com a inicial.

A fl.20 foi concedida a decisão concessiva da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional. A ré foi citada e contestou sustentando que celebrou com o autor duas transações em 05.04.2013 e 15.06.2013. O autor deixou de pagar a terceira prestação da primeira transação e não pagou as quatro prestações da segunda transação. A ré é administradora do cartão de crédito da Loja ED+ e o autor é o titular desse cartão desde 14.12.2012. O autor tem inúmeras outras negativações e se aplica à espécie a Súmula 385, do STJ. Improcede a ação. Documentos foram exibidos pela ré.

O autor não ofereceu réplica.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inciso I do artigo 330, do CPC. A prova essencial é a documental e está nos autos. Desnecessária a produção de outras



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

provas.

A ré é administradora do cartão de crédito da Loja ED+ e o autor é titular desse cartão desde 14.12.2012. As partes celebraram as transações nº 392/53990149, em 05.04.2013, tendo o autor pago as duas primeiras prestações e ficou a dever a terceira prestação vencida em 05.07.2013, de R\$39,32, e a de nº 392/57324128, e deixou de pagar as quatro prestações vencidas em 15.07.2013, 15.08.2013, 15.09.2013, 15.10.2013.

O autor foi intimado para oferecer réplica à contestação e impugnar os documentos que a ré exibiu com a peça defensiva. Não o fez.

A documentação exibida pela ré não foi assim impugnada pelo autor, ganhando força em termos de validade e eficaz, justificando pois as negativas do nome do autor na Serasa e no SCPC. Essa iniciativa da ré não se constitui ilícito civil, mas exercício regular de direito.

Os documentos de fls. 37/38, emitidos pelo SCPC, confirmam que o autor emitiu cinco cheques sem fundos tendo como sacado o banco Itaú SA, Agência 0049, e tem ainda três outras negativas pendentes averbadas em 26.07.2013, 27.08.2013 e 21.09.2013.

O documento de fl. 42, emitido pela Serasa, confirma que o autor está negativado por conta de cheques sem fundos e ainda persistem duas outras pendências financeiras.

O autor, mesmo se tivesse razão quanto à alegação de não ter celebrado contrato algum com a ré, ainda assim não faria jus a indenização alguma, por falta de caracterização do dano moral, em decorrência do disposto na Súmula 385, do STJ.

JULGO IMPROCEDENTE a ação. Condene o autor a pagar à ré 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa e custas do processo, verbas essas exigíveis apenas numa das situações previstas pelo artigo 12, da Lei 1.060.

P.R.I

São Carlos, 15 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**